

Professor pede a Fábio Bruno 120% de aumento

JORNAL DE BRASÍLIA

Uma comissão de professores da Fundação Educacional do Distrito Federal entregou, ontem, ao secretário da Educação Fábio Bruno, a pauta de reivindicações da categoria, com data base em 1º de abril. Eles querem reajuste de 120%, aumento real de 30% e correções mensais de salários de acordo com o índice de inflação, a partir de abril.

Difícilmente os professores e o secretário chegarão a um acordo. Fábio Bruno afirmou que o aumento real está fora de cogitação. "Os salários serão reajustados de acordo com a legislação, que prevê aumento no mesmo índice da inflação, abatidas as Unidades de Referências de Preços já repassadas ao salário". Mas Walter Peninha, vice-presidente do Sindicato dos Professores, estima que o índice oficial da inflação de março ficará em torno de 90%.

Peninha advertiu que se os professores deflagrarem mais uma greve em 1º de abril, não será culpa do Sindicato. O secretário não tem nada para dizer, porque o próprio Governo está indefinido", lamenta o sindicalista, observando que é injusto o trabalhador pagar volta esta indefinição". A comissão volta a se reunir no próximo dia com o secretário, um dia antes da assembléia geral que a categoria vai realizar no Estádio Mané Garrincha.

Pauta

Os professores querem fixar o piso salarial em cinco Piso Nacional de Salários. Se este item fosse aprovado, o professor iniciante, que hoje recebe Cz\$ 14 mil,

passaria a ganhar mais de Cz\$ 30 mil. Eles Reivindicam também ajuda de custo não tributável entre 10% e 30% para os professores Classe "C" que dão 20 horas de aulas e um incentivo à interiorização de 40% do salário para quem trabalha nas satélites, exceto Guará, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante.

Entre as 26 reivindicações apresentadas constam a redução gradual da carga horária para os professores com tempo de serviço de oito a 9 anos, mudança da data-base para primeiro de maio, e eleição direta para diretores de escola. Mas há também uma preocupação com a qualidade do ensino. Eles propõem a limitação do número de alunos em sala de aula, para 20, em turmas de pré, 1ª e 2ª séries; 12 aulas práticas; 25 nas 3ª e 4ª séries, e até 35 alunos de 5ª a 8ª séries, 2º grau e supletivo.

A primeira cobrança feita pelos professores, logo que entraram na sala de Fábio Bruno, depois de duas horas de espera, foi sobre a assinatura do Plano de Cargos e Salários. "Há cerca de trinta dias, o plano está na mesa do governador José Aparecido e ninguém sabe o que vai ser aprovado, apesar de os professores já estarem sendo beneficiados por algumas cláusulas do plano", ressaltou Walter Peninha.

"O plano está completando quase um ano que foi apresentado até agora nada". Ele lembrou que a garantia de assinatura do novo PCS foi um dos acertos entre Governo e a categoria que pôs fim à greve de maio passado.